


**Gabriel Chaves de Melo: Entre o jornalismo
e a política (1950-60)**

**Gabriel Chaves de Melo: Between journalism
and politics (1950-60)**



Caio César Cuozzo Pereira *

 <https://orcid.org/0009-0001-2303-8816>

RESUMO: Gabriel Chaves de Melo nasceu em Minas Gerais. Ele radicou-se no Rio de Janeiro nos anos 1940 e fez carreira na imprensa. Entre as décadas de 1950-60, ele atingiu cargos de direção nas revistas *Maquis* e *Ação Democrática*, ambas circularam no Brasil entre os períodos de governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-64). Nesse último, *Maquis* e *Ação Democrática* compartilhavam à oposição ao governo. Melo ingressou na política através de sua candidatura para deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão em 1962. A proposta deste artigo é a de desenvolver uma imagem sobre a trajetória de Melo. A expectativa é a de que essa imagem ilumine algumas das suas características, das suas relações e das suas atividades. No fim, sustenta-se que a análise empreendida elencou aspectos que auxiliam na compreensão do personagem e do seu envolvimento nas lutas políticas do período.

PALAVRAS-CHAVE: Gabriel Chaves de Melo; História Política; Imprensa.

ABSTRACT: Gabriel Chaves de Melo was born in Minas Gerais. He settled in Rio de Janeiro in the 1940s and joined a career in the press. Between the 1950s and 1960s, he reached management positions at the *Maquis* and *Ação Democrática* magazines, both circulated in Brazil between the periods of government of Juscelino Kubitschek (1956-61), Jânio Quadros (1961) and João Goulart (1961-64). The opposition to the government was shared by *Maquis* and *Ação Democrática* in this last one. Melo became involved in politics by running for state deputy for the Christian Democratic Party in 1962. The objective of this article is to create a picture of Melo's trajectory. The prospect is that this image will put light on some of his characteristics, his networks and his activities. In the end, it is argued that the analysis undertaken listed aspects that help to understand the character and his involvement in the political struggles during this period.

KEYWORDS: Gabriel Chaves de Melo; Political History; Press.

*Recebido em: 19/07/2023
Aprovado em: 28/09/2023*

* Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica – RJ). Pesquisador bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: caiocuozzo@gmail.com



Introdução

A palavra crise é comum no vocabulário de historiadores e de outros pesquisadores do período democrático brasileiro (1946-1964). Os exemplos encontrados na bibliografia indicam as diversas dimensões das crises experienciadas no período – políticas, militares, econômicas ou sociais. Metade dos presidentes que o país teve à época não terminaram os seus respectivos mandatos. Esse quantitativo pode ser aumentado se computado o caso de João Café Filho, impedido pelo Congresso de reassumir o cargo em novembro de 1955.

Naquele contexto, foram eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart para presidente e vice-presidente, respectivamente. Esse resultado foi contestado por setores da sociedade civil e do militarismo, notadamente no decorrer das semanas ulteriores. Havia o risco de um golpe para obstruir a posse de Kubitschek e de Goulart. Algo que poderia ter como efeito uma guerra civil devido ao acirramento dos que se antagonizavam. Diante desse cenário, os então generais Henrique Duffles Teixeira Lott e Odílio Denys deflagraram a operação militar que foi definida pelos seus comandantes como um contragolpe (Ferreira, 2003, p. 323). No Rio de Janeiro, o Exército cercou o Palácio do Catete, prendeu oficiais militares e ocupou outros locais. Estes foram alvos da operação por serem considerados como espaços potenciais de reunião de militares opositores (Carloni, 2010, p. 118). Ato contínuo, o Congresso aprovou o impedimento de Carlos Luz, o qual substituiu Café Filho na presidência em função de um problema de saúde deste último. Pouco tempo depois, o Poder Legislativo agiu da mesma maneira quando Café Filho tentou reassumir o cargo.

Cumprе ressaltar que o governo Kubitschek e os seus sucessores – Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-64) – também enfrentaram crises diversas. Destes, apenas o primeiro terminou o seu mandato. Segundo Maria Victória de Mesquita Benevides, a convergência de forças parlamentares e militares foi essencial para que isso ocorresse. No Congresso, havia a aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nas Forças Armadas, Kubitschek tinha como o seu aliado o general Lott, o qual foi escolhido para ser o Ministro da Guerra do governo. Benevides avaliou que essas forças tinham em comum o apoio à política econômica desenvolvimentista de Kubitschek, consubstanciada no Plano de Metas (Benevides, 1976, p. 248). Nesse sentido, elas garantiram a estabilidade em um período marcado por crises, como as que aconteceram no militarismo (Benevides, 2002, p. 23).

Jânio Quadros assumiu o poder diante de um quadro social complexo, principalmente por causa da situação inflacionária da economia nacional. A sua passagem pela presidência marcou de alguns modos a história política brasileira. O PSD,

tradicionalmente governista até então, migrou para a oposição. A União Democrática Nacional (UDN), que encampou a candidatura de Quadros, elegeu o seu candidato pela primeira vez. Havia ainda a novidade de que a vice-presidência coube a Goulart, candidato que concorreu na chapa encabeçada por Lott. No decorrer dos sete meses do governo Quadros aconteceram inúmeros atritos entre este e os supracitados partidos. O alegado desprezo demonstrado pelo presidente pelo jogo político foi recorrentemente mencionado por pesquisadores do período. Por exemplo, John Foster Dulles abordou o assunto através das percepções de próceres udenistas (Dulles, 2000, p. 41).

As políticas econômica, externa e “moral” de Quadros também suscitaram celeumas não só no campo político, como também em outros, como o militar. A austeridade econômica, o não-alinhamento internacional e os inquéritos administrativos criados sob a estrutura do Estado foram ações que geraram efeitos controversos por modos e motivos distintos. Embora estivesse representado no governo através de Goulart, o PTB historicamente se aliava ao PSD no plano federal. Entretanto, a política externa implementada por Quadros causou uma fratura nessa aliança, cada qual adotando um posicionamento no momento. De acordo com Lúcia Hippolito, a reaproximação entre as legendas aconteceu quando um dos inquéritos federais citou Goulart ao apontar irregularidades no Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS), evento que, além de estimular as críticas do PTB ao governo, de certo modo viabilizou a sua reaproximação do PSD graças à solidariedade manifestada pelos pessedistas ao vice-presidente (Hippolito, 2012, pp. 122-127). Ironicamente, essas políticas e o alegado comportamento de Quadros no poder causaram reações díspares, não raro borrando as fronteiras entre as suas bases de apoio e os seus adversários. O resultado é deveras conhecido – a renúncia, a sua ágil ratificação pelo Congresso e uma crise política, econômica, militar e social diante do impasse sobre a posse ou não de Goulart.

Agentes e instituições se mobilizaram na defesa da legalidade perante a ameaça representada pelos ministros militares e por Carlos Lacerda, governador da Guanabara (estado criado após a transferência da capital para Brasília). Para Jorge Ferreira “qualquer tentativa de golpe, em 1961, não encontraria o menor respaldo político e, sobretudo, social. Se levado adiante, com um custo altíssimo, os embates deixariam a dimensão política para atuar no campo das armas” (Ferreira, 2003, p. 336). Goulart tomou posse após o Congresso ter aprovado a emenda parlamentarista, a qual foi a solução negociada para solucionar o impasse. Na opinião de Moniz Bandeira, essa medida significou uma “mutilação” do poder presidencial. A situação econômica do país se agravou por causa dessa crise. Ainda de acordo com o autor, o Estado emitiu Cr\$ 58

bilhões naqueles dias. Outro efeito foi a elevação generalizada dos preços de produtos, fator que impactava diretamente na subsistência da população (Bandeira, 1977, pp. 43-45).

Outros fatores também colaboraram para a instabilidade do governo Goulart até a sua deposição pelo golpe de 1964. Essa caracterização pode ser ilustrada a partir de dois exemplos. Por um lado, Goulart foi pressionado pela Frente de Mobilização Popular (FMP) a promover diversos tipos de reformas, como a agrária e a tributária. Liderada por Leonel Brizola, a FMP era formada por estudantes, camponeses, petebistas, operários e praças das Forças Armadas (Ferreira, 2003, p. 355). Por outro, o anticomunismo recrudescer no Brasil. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, esse cenário teve motivações internas e externas. Entre elas, o autor elencou a política externa iniciada por Quadros e a conjuntura pós-Revolução Cubana (1959). Nesse sentido, Motta considerou o início da década de 1960 como o momento de eclosão do “segundo grande surto” do anticomunismo no Brasil (Motta, 2000, p. 286).

Essa síntese inicial, apesar de limitada, serve tanto para contextualizar quanto para explicar a proposta deste artigo. O texto que se segue pode ser definido como um dos frutos de uma pesquisa em desenvolvimento sobre um periódico publicado entre 1955 e 1962. A revista *Maquis* surgiu em dezembro de 1955 e, como se verá adiante, conseguiu alguma repercussão no campo político por causa de sua posição contrária ao contragolpe desfechado no mês anterior. Em 1956, *Maquis* esteve no epicentro de uma polêmica após ter uma de suas edições apreendidas pelo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Esses dois casos são comumente citados em pesquisas que tiveram o período como recorte e a política como objeto. Entre 1958-62, a revista buscou se envolver nas outras crises – ou momentos próximos disso – que o país vivenciou nesse intervalo. A pauta principal do seu jornalismo era a política e uma de suas estratégias era a de denunciar supostos crimes de corrupção cometidos por personalidades estatais.

Nesse sentido, um dos objetivos da pesquisa em curso é o de mapear quem foram os seus produtores, fossem eles jornalistas ou não. A metodologia aplicada foi a da prosopografia. Segundo Marcela Ferrari, a partir da definição de um conjunto de indivíduos como objeto, a prosopografia almeja tanto identificar características e atributos de grupo quanto analisar os laços sociais desses sujeitos históricos (Ferrari, 2010). Esse encaminhamento direciona o olhar para elementos como instrução educacional, experiência de trabalho e redes de sociabilidade. Para tanto, foram redigidas fichas individuais a partir das fontes encontradas na imprensa periódica, em relatos

memorialísticos e em documentos produzidos por instituições estatais – registros cartoriais, arquivos de polícia e do legislativo federal.

De certo modo, este artigo apresenta e analisa uma fração desse esforço de pesquisa ao deter-se sobre Gabriel Chaves de Melo (1920-1978). Oriundo de uma família católica de Minas Gerais, ele serviu ao militarismo na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Ao regressar, Chaves de Melo trabalhou em empregos diversos até se estabelecer no Rio de Janeiro. Em 1960, ele assumiu a direção de *Maquis* e permaneceu nesse posto até o fechamento desta em março de 1962. Chaves de Melo também trabalhou como chefe de redação da revista *Ação Democrática*, editada e publicada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), este uma das organizações anticomunistas do período (Motta, 2000, p. 298).

Convém ponderar que inexistente a pretensão de redigir uma espécie de biografia sobre Chaves de Melo. Nem mesmo a de elaborar uma narrativa que fomente uma coerência artificial à sua trajetória. O que se acessou, por meio das fontes, permite apenas formar uma imagem limitada, porém relevante, para o conhecimento historiográfico. Assim, este artigo alinha-se com a perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (Bourdieu, 1998, p. 189-190).

A expectativa é a de elaborar uma imagem sobre Chaves de Melo que abarque em si suas redes de relações – sociais, profissionais e pessoais – e os espaços – de trabalho e de convivência – frequentados por ele. Aspectos que podem auxiliar a compreender tanto o personagem quanto o seu envolvimento nas contendas listadas acima. Por outras palavras, de que meios ele dispunha, com quem ele se articulava e que tipos de atividades ele desempenhava. Este artigo desdobra-se em outras três partes. A seguir, propõe-se um panorama sobre as fundações das revistas *Maquis* e *Ação Democrática*, tendo em vista que o que foi dito acima sobre a origem deste artigo, para abordar o caso da segunda revista, recorre a alguns trabalhos que a tomaram como fonte ou objeto. Por conseguinte, analisa-se a trajetória de Chaves de Melo ambicionando explicar a sua ascensão aos respectivos cargos em tais periódicos, apreender algumas de suas redes de relações e sinalizar a sua atuação política através do jornalismo. Nesse movimento, a expectativa é a de demonstrar que essa análise auxiliou na compreensão do personagem

e do seu envolvimento nas lutas políticas ocorridas durante o período democrático brasileiro (1946-64).

Jornalismo e política

Nascido na cidade de Niterói, situada no então Estado do Rio, Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995) era filho de um bacharel em Direito e neto de um oficial da Guarda Nacional. Ele fez parte da equipe do jornal de Carlos Lacerda, o *Tribuna da Imprensa*, desde a sua fundação, em 1949. Entre 1953 e 1956, Amaral Netto participou ativamente das campanhas políticas capitaneadas por Lacerda através do Clube da Lanterna. Tratava-se de uma associação civil que ambos fundaram em parceria com outros homens e mulheres. No *Tribuna*, Amaral Netto foi repórter de economia. Ele também era próximo de empresários do Rio de Janeiro – Pedro Theberge o ajudou a organizar e a dirigir o Clube (Modificação..., 1955, p. 4); e Rui Gomes de Almeida foi seu sócio em uma empresa de armazenagem de café (Companhia..., 1956, p. 6).

Durante o contragolpe de 1955, Amaral Netto asilou-se na Embaixada da Costa Rica. Por meio do *Tribuna*, ele declarou que tomou essa decisão após ter sido avisado anonimamente de que sua vida estaria em “perigo” (Amaral..., 1955, p. 8). Algum tempo depois, Amaral Netto começou a produzir e a distribuir um panfleto mimeografado clandestino intitulado de *Maquis*. Seu nome era alegadamente inspirado na resistência francesa ao nazismo. Amaral Netto veiculou seis edições do panfleto entre dezembro de 1955 e janeiro do ano seguinte. Elas, de certo modo, deram prosseguimento à campanha em favor do impedimento da posse de JK e Goulart. Também criticavam o general Lott pelo cerceamento da liberdade de imprensa.

Nesse ínterim, Amaral Netto conseguiu alguma repercussão no campo político. Em debate sobre a prorrogação do estado de sítio na Câmara dos Deputados, o parlamentar Luís Medeiros Neto (PSD) citou *Maquis* para ilustrar seu argumento de que o país ainda estava sob ameaça de uma subversão da ordem:

Como o orador continuasse duvidando da existência de focos de sedição, o sr. Medeiros Neto, em aparte, declarou que um jornal mimeografado, “o Maquis”, estava sendo distribuído entre parlamentares e nos corpos de tropa incitando civis e militares a impedirem a posse dos eleitos no dia 31 do corrente (A prorrogação..., 1956, p. 16).

Frustrado em seu intento, Amaral Netto lançou uma subscrição pública de ações para formar o capital da Editora Reforma Sociedade Anônima. Esta teria como objetivo registrar, gerir, produzir e publicar a revista *Maquis*. Ao menos vinte políticos adquiriram

ações, a maioria da UDN. Café Filho e Carlos Luz foram apontados como acionistas. Outras personalidades foram um brigadeiro da Aeronáutica, um contra-almirante e um comandante-de-esquadra da Marinha – Antônio Guedes Muniz, Edmundo Jordão Amorim do Vale e Carlos Penna Botto (Entre..., 1956, p. 3). O último deles era o presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), organização fundada em 1952. Três anos depois, Penna Botto foi um dos oficiais militares que contestou publicamente a vitória de Kubitschek e de Goulart na eleição. Alguns companheiros de Amaral Netto do Clube da Lanterna também se tornaram acionistas.

A revista *Maquis* foi lançada oficialmente em agosto de 1956, era editada em rotogravura, custava Cr\$15,00, sua publicação era quinzenal e estampava quarenta e oito páginas por edição. A revista não tinha oficina e dependia de contrato de impressão com uma gráfica. O seu preço naquele ano era mais do que o dobro do praticado por revistas como *Manchete*. Esta poderia ser adquirida por Cr\$7,00 e continha oitenta páginas por edição. Ou seja, comparativamente, o leitor de *Maquis* comprava um produto menor por um preço maior. A distribuição da revista abrangia o Rio de Janeiro e outras cidades, como São Paulo. Inicialmente, *Maquis* publicava poucos anúncios em suas páginas, talvez por causa do seu preço elevado. Contudo, de 1958 em diante, nota-se que a propaganda ganhou espaço na composição de suas edições.

Foi nesse mesmo ano que Amaral Netto aumentou o ritmo de sua periodicidade para semanal, duplicando a produção de *Maquis*. Existem algumas informações sobre a tiragem e a vendagem da revista. Em 1957, ela divulgou que as suas nove edições publicadas no ano anterior tiveram uma média de venda de 50.000 exemplares (Primeiro..., 1957, p. 41). Aparentemente, no que tange à sua tiragem, o pico de produção foi o de 100.000 cópias. Esse montante foi divulgado na primeira página de uma de suas edições (Tiragem..., 1957, p. 1). Por fim, quando do seu fechamento em 1962, o *Tribuna* noticiou que a sua última edição teria 20.000 exemplares (Deficiência..., 1962, p. 3).

Como dito anteriormente, a linha editorial de *Maquis* concentrou-se na política. A sua estratégia era a de denunciar supostos escândalos de corrupção que envolviam autoridades estatais, inclusive o presidente Kubitschek e o ministro Lott. Também era comum a veiculação de reportagens críticas à política econômica do governo. De um lado, a sua pauta era a de estimular a percepção para supostas transgressões da moralidade pública por agentes estatais. De outro, era a de estabelecer que o governo agravava a inflação. E, assim, ele seria o culpado pelas dificuldades de subsistência do povo e pelas falências de empresas. Em anos eleitorais, essas pautas se aglutinavam com reportagens que objetivavam propagandar candidaturas de políticos que militavam na oposição ao governo (Dois mineiros..., 1958, p. 20).

Adiante, há o caso da revista *Ação Democrática*, criada por Ivan Hasslocher em 1959. De acordo com Vicente Gil da Silva, Hasslocher nasceu no Rio de Janeiro em 1920. Seu pai, Paulo Germano Hasslocher, foi jornalista e diplomata. Sua mãe, Laura Savard de Saint-Brisson Corrêa Hasslocher, foi poetisa e pianista. Entre 1930 e 1942, a sua família residiu nos Estados Unidos e lá Ivan Hasslocher cursou o ensino superior. Ele retornou ao Brasil na década de 1940 e trabalhou em alguns empregos nesse período. Em 1951, Hasslocher fundou a Sociedade Incrementadora de Vendas *Promotion*. Ainda de acordo com Silva, a *Promotion* atuava em serviços de propaganda e *marketing*, principalmente para empresas estadunidenses (Silva, 2021).

Convém um parêntesis sobre esse tipo de negócio e a sua inserção no Brasil. Ana Paula Goulart Ribeiro argumentou que a publicidade se expandiu no país nessa conjuntura. A autora demonstrou isso apontando o crescimento de receitas do setor, o aumento no quantitativo de agências desse tipo e a relevância dessa renda para alguns jornais do Rio de Janeiro. Ribeiro elencou que as atividades das agências incluíam as pesquisas de mercado, os planejamentos de campanhas publicitárias, as preparações de materiais de propaganda e as distribuições desses últimos entre a imprensa – audiovisual, radiofônica ou periódica (Ribeiro, 2001).

Em maio de 1959, Hasslocher foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Para René Dreifuss, o IBAD tinha como escopo uma alegada “defesa” da democracia. Alguns empresários participaram de sua criação, como o já mencionado Rui Gomes de Almeida, membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Hasslocher ocupou o cargo de diretor-geral do IBAD. Para além de Dreifuss, outros autores supracitados – Moniz Bandeira e Silva – elencaram fontes que indicam que o IBAD recebia dinheiro da *Central Intelligence Agency* (CIA).

No plano externo, o IBAD construiu laços com outras organizações do período – o grupo interpartidário Ação Democrática Parlamentar (ADP); o Centro Dom Vital, que era dirigido por intelectuais católicos; e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Com este, o IBAD compartilhou recursos humanos, materiais e financeiros. No plano interno, o IBAD criou dois “canais” para executar as suas operações. O primeiro foi a Ação Democrática Popular (ADEP) que se envolveu com atividades eleitorais e de *lobby*, ou seja, de pressão e/ou influência sobre a estrutura do poder político. O segundo foi a revista *Ação Democrática* (Dreifuss, 1981, pp. 102-103).

Hasslocher dirigiu a revista durante a sua existência. Segundo o historiador Ricardo Mendes, ela tinha um ritmo de circulação mensal e era distribuída gratuitamente pelo território nacional. A revista possuía 120 mil assinantes em 1961 e, no ano seguinte, esse quantitativo sofreu uma majoração percentual de 50%. O autor avaliou que *Ação*

Democrática tinha como o seu público-alvo as classes médias brasileiras (Mendes, 2020, pp. 31-32). De acordo com Motta, a tiragem de *Ação Democrática* atingiu os 200.000 exemplares (Motta, 2000, p. 299).

A sua linha editorial era pautada na defesa da “livre iniciativa” e no combate ao comunismo:

Segundo os grupos articuladores do golpe no âmbito da sociedade civil – IPES/IBAD – o papel da iniciativa privada assumia relevância na proposta de sociedade por eles apresentada. Com um projeto de direita que privilegiava a existência de diferenças sociais, políticas e econômicas para a potencialização do desenvolvimento do país, este complexo empresarial tinha como perspectiva limitar o papel que o Estado vinha desempenhando até então. [...] No que se refere ao sistema político, valorizavam a “democracia” como o regime que melhor se adequaria às livres manifestações das “forças iminentes” da sociedade. Esse sistema apresentava-se como o que mais se adequava às “tradições cristãs” e aos vínculos que existiam entre o Brasil e a cultura ocidental. Propriedade privada e livre iniciativa significavam, dentro desse contexto, os símbolos máximos das liberdades individuais subordinando a questão política à econômica (Mendes, 2020, p. 128).

Alguns desses esforços em prol da “livre iniciativa” podem ser percebidos em dois exemplos de artigos publicados na revista. Uma das lideranças do Centro Dom Vital, o intelectual católico Gustavo Corção, defendeu que o Brasil precisava do capital estrangeiro. Corção era contra o impedimento de que empresas internacionais atuassem no país, notadamente no setor de serviços. Nesse sentido, cerca de um ano depois, *Ação Democrática* publicou um artigo do economista Eugênio Gudin. No texto, ele criticou a aprovação da Lei de Remessas de Lucros pelo Congresso – a qual estabeleceu normas para a saída de capitais do país – argumentando que tal legislação iria afastar o capital estrangeiro do Brasil (Mendes, 2020, p. 49 e 55).

Tal qual Mendes, Motta destacou a centralidade do anticomunismo na linha editorial de *Ação Democrática*. A revista buscou fomentar um sentido de perigo iminente, representado pelos comunistas. O seu objetivo era o de atrair a atenção das “classes dominantes” brasileiras. Para tanto, *Ação Democrática* difundia matérias de denúncias sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de supostas “infiltrações” comunistas no Brasil. Os sindicatos e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foram algumas das instituições apontadas como “infiltradas” pela revista (Motta, 2000, p. 299).

Portanto, entre o fim da década de 1950 e a primeira metade da seguinte, Hasslocher atuava em diversas frentes – imprensa, publicidade e política – por meio das organizações que ele dirigia. O seu esforço no combate ao comunismo e, paralelamente, na defesa da “livre iniciativa” pode ser mensurado – em alguma medida – pelo caso das

eleições de 1962. Hasslocher liderou uma ação de intervenção econômica que foi descoberta e denunciada à época. Através de suas organizações, inclusive a revista *Ação Democrática*, Hasslocher financiou e propagandeou diversos candidatos aos postos eletivos em disputa. Os dirigentes consecutivos de *Maquis* – Amaral Netto e Gabriel Chaves de Melo – contaram com esse auxílio para as suas campanhas aos parlamentos federal e estadual, respectivamente.

Gabriel Chaves de Melo: entre o jornalismo e a política

Em 1962, o jornal diário *A Noite* – publicado no Rio de Janeiro – foi arrendado por Hasslocher durante os cerca de três meses que antecederam à eleição. Em setembro, o periódico publicou uma reportagem sobre a biografia e a candidatura de Gabriel Chaves de Melo a deputado estadual na Guanabara. Sua legenda era a do Partido Democrata Cristão (PDC). Ele foi adjetivado na manchete como o “pracinha da liberdade” devido ao seu serviço militar como soldado da FEB na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Segundo a reportagem, a convocação para o Exército o impediu de ingressar na graduação em Economia, curso para o qual teria sido aprovado em vestibular. Não obstante, Chaves de Melo esteve no teatro de operações da Itália entre setembro de 1944 e agosto de 1945. Sua função no esforço de guerra seria a de realizar transmissões, enquanto estava lotado no I Regimento de Obuses Auto Rebocados, o qual tinha a missão de dar cobertura de artilharia para o avanço territorial da infantaria aliada.

A reportagem também buscou difundir representações – humana, profissional e ideológica – sobre Chaves de Melo. Ele teria sido um jovem “namorador” que jogava futebol e que passou por diversos empregos para sobreviver, não raro experienciando dificuldades nesse último intento. Seu histórico laboral incluía atividades como comerciário, professor de Matemática, arquivista e revisor em redações de periódicos de jornalismo. Por fim, a sua candidatura teria sido motivada pelo vácuo deixado por seu irmão – Gladstone Chaves de Melo – que teria decidido não concorrer. Este construiu carreira na política, primeiro na UDN e depois no PDC, como vereador e deputado. Retornando à reportagem, Gabriel Chaves de Melo afirmou que o seu objetivo como parlamentar seria o de “promover que as reformas realmente essenciais para liquidar com a injustiça social em todos os campos – no da educação, no da saúde, no plano econômico – podem e devem ser feitas democraticamente” (Gabriel..., 1962, p. 3). Complementando o quadro, a reportagem estampou uma fotografia dele com a sua esposa Adozinda Maria Franco de Carvalho e os seus filhos.

Essa reportagem faz parte de um conjunto de materiais de propaganda que *A Noite* publicou sobre Gabriel Chaves de Melo. Em um deles, o candidato foi apresentado como um “combatente” do comunismo:

No momento em que o oportunismo ou a covardia levam muitos a cortejar as esquerdas, é preciso apoiar os que combatem e não temem os conluios, as manobras e as ameaças do comunismo internacional, escravizador e ateu. Não deixe a Assembleia Constituinte da Guanabara ser dominada pelos inimigos do Brasil, da civilização cristã e, por isso mesmo, da família brasileira. Vote em candidatos verdadeira e corajosamente democratas, que não temem proclamar-se como tais (No momento..., 1962, p. 5).

A revista *Ação Democrática* foi outro meio de divulgação de sua candidatura. A edição mensal de setembro de 1962 foi distribuída com um panfleto de Chaves de Melo (Motta, 2000, pp. 309-310). Essa propaganda, tal qual as anteriores, instrumentalizou o histórico dele na FEB para o caracterizar como uma espécie de vanguarda da luta anticomunista. Outro ponto comum era a tentativa de estimular o engajamento dos eleitores por intermédio de frases como “votar em branco é votar em vermelho” (Votar..., 1962, p. 2).

A reportagem de *A Noite* é uma das poucas fontes minimamente detalhadas sobre Gabriel Chaves de Melo. Até então, o seu nome era pouco mencionado na imprensa escrita diária da década de 1950, fator que desperta a atenção quando se tem em perspectiva algumas informações. O seu mencionado irmão era publicamente conhecido, seja por causa de sua atuação na política, seja em função do seu trabalho como professor universitário. E, desde 1949, Gabriel Chaves de Melo trabalhava em periódicos do Rio de Janeiro. Assim, parece que ele era um personagem praticamente anônimo ao menos até o fim dos anos 1950.

Apesar da reportagem ter explorado as ideias de humildade e pobreza na sua representação, foi possível mapear que ele era oriundo de uma família estruturada econômica e educacionalmente. Seu pai, Joaquim Gabriel Chaves de Melo, era um bacharel em Direito provavelmente graduado entre 1900-10 – isso em um tempo em que o analfabetismo era uma característica espreitada entre a população brasileira. Na década posterior, seu progenitor atuava em Minas Gerais como promotor da cidade de Campanha (Atos..., 1917, p. 7). Para além do que já foi dito sobre o seu irmão, este foi conselheiro fiscal da empresa Terramar Importadora-Exportadora S.A. (Terramar..., 1945, p. 8). Gladstone Chaves de Melo foi um dos responsáveis pela produção da revista *A Ordem* e militou na Resistência Democrática, ambas instituições católicas que tinham

personalidades como Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo em seus quadros (*A Resistência...*, 1948, p. 3).

Essas conexões do seu irmão com lideranças católicas parecem ter sido importantes para que ele se estabelecesse no Rio de Janeiro depois de retornar da Europa com a patente de cabo do Grupo de Artilharia da FEB (*Os expedicionários...*, 1945, p. 6). Em 1949, ele foi contratado para ser revisor do *Tribuna da Imprensa*. Ou seja, ele foi colega de redação de Amaral Netto e funcionário de Lacerda. Este tinha sido demitido do cargo de colunista do *Correio da Manhã* e foi auxiliado por parentes e amigos na estruturação econômica e material do *Tribuna*. Alguns destes eram os mesmos que produziam *A Ordem*. Por exemplo, Amoroso Lima e Gustavo Corção se tornaram membros do conselho consultivo do *Tribuna* (Dulles, 1992, p. 127).

Desse modo, a contratação de Gabriel Chaves de Melo pode ser compreendida como um movimento intrínseco à sua rede de sociabilidade naquele momento. Essa percepção reforça-se a partir da observação de que outros indivíduos recrutados para o *Tribuna* tinham em comum laços com instituições – ou agentes – católicos. Tanto Amaral Netto quanto Murilo Melo Filho eram repórteres do *Correio da Noite*, periódico editado pela Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Filho, 1999, p. 122).

O cargo de Gabriel Chaves de Melo no jornal o incumbia de fiscalizar os textos produzidos pelos repórteres. Erros gramaticais e palavras consideradas “condenadas” pela direção do jornal eram os seus alvos (Prezado..., 1950, p. 1). Chaves de Melo compartilhou esse ambiente de trabalho com alguns outros personagens empenhados no combate ao comunismo. Um deles foi o escritor, poeta e jornalista romeno Stefan Aurel Baciú. Em seu livro de memórias, publicado após ele deixar o Brasil em 1962, Baciú redigiu suas lembranças sobre o *Tribuna* e seus colegas. Em subcapítulo, ele mencionou Chaves de Melo:

Gabriel Chaves de Melo, irmão mais moço do professor e político Gladstone, parecia ser sempre dono de um importante segredo, pois falava baixo, pausadamente e sempre ao pé do ouvido do interlocutor. Era um tipo discreto, cordial, caladão, mas o que se pode chamar de “um grande sujeito”.

Não sei se por causa de sua voz baixa ou do seu fervoroso catolicismo, sempre que Gabriel falava, eu esperava que ele fosse rezar uma missa ou recitar a “Ismália” do “pobre Alphonsus” (Baciú, 1982, pp. 179-180).

Em algum momento entre 1949 e 1956, Chaves de Melo ocupou o posto de chefe de revisão no periódico (Macedo, 1956, p. 6). Essa cronologia sobre o seu pertencimento à equipe do jornal permite afirmar que ele vivenciou algumas de suas campanhas desfechadas em momentos críticos nos campos político, militar e social – como o caso

do governo Vargas e o contragolpe de 1955. Duas ocasiões que, contraditoriamente, culminaram em reveses para Lacerda e para o *Tribuna*. Em 1954, por pouco o jornal não foi depredado por manifestantes após o suicídio de Vargas. No outro caso, militares ocuparam a sua sede enquanto Lacerda partia para um autoexílio na Europa (Dulles, 1992, pp. 190 e 228).

Por conseguinte, quando Amaral Netto conseguiu o capital para fundar *Maquis*, ele recrutou diversos de seus colegas do *Tribuna* para trabalhar na revista. Gabriel Chaves de Melo foi um deles. Inicialmente, o seu nome não constava no expediente. Porém, uma reportagem comemorativa sobre o primeiro aniversário de *Maquis* afirmou que ele era um de seus funcionários desde a sua fundação. A edição que veiculou tal reportagem foi a primeira na qual Chaves de Melo teve a sua assinatura impressa no expediente. Ele seria o chefe de revisão, o mesmo cargo que detinha no jornal de Lacerda. Esse tipo de transição do anonimato para a personificação parece indicar que ele havia ascendido na hierarquia da revista. Nesse sentido, é possível afirmar que Chaves de Melo foi um dos poucos funcionários de *Maquis* que obteve esse tipo de reconhecimento profissional. Um caso similar foi o de René Amaral, irmão de Amaral Netto. Na mesma reportagem comemorativa, o primeiro foi apontado como “correspondente” desde 1956 (Quem..., 1957, p. 35). Por outro lado, René Amaral só foi incluído no expediente em 1958.

Ainda nesse ano, Chaves de Melo acumulou a chefia da revisão com o secretariado. Segundo reportagem de *Maquis*, a atribuição do secretário era a de dirigir o trabalho dos redatores e dos repórteres. Essa foi a edição que marcou a transição para a periodicidade semanal (O que..., 1958, p. 6). Em outras palavras, o ritmo de produção tinha sido dobrado e Chaves de Melo passou a ter um papel importante nele. Além da direção do trabalho de adequação dos textos às normas gramaticais e estilísticas, a definição do cargo de secretário sugere que ele intervinha na seleção de pautas, na delegação de tarefas e no controle do trabalho jornalístico que a sua equipe desenvolvia. Paralelamente, o seu irmão Gladstone Chaves de Melo passou a escrever como colunista de *Maquis*. Convém sinalizar que a ascensão de Chaves de Melo não significou uma modificação notável na linha editorial. Mas, sim, que, a partir de então, ele era alguém que tinha gerência – junto de Amaral Netto – sobre o trabalho.

Chaves de Melo publicou apenas um texto assinado em *Maquis*. No final de 1959, Quadros renunciou momentaneamente à sua candidatura à presidência em 1960. Sua atitude foi motivada pelo choque entre a UDN e o PDC pela escolha de quem seria o candidato a vice-presidente em sua chapa – Milton Campos ou Fernando Ferrari,

respectivamente (Skidmore, 1969, p. 235). Ao comentar o fato, o secretário de *Maquis* teceu algumas considerações sobre a política brasileira:

Se a renúncia do sr. Jânio Quadros foi tomada como um protesto contra um estado de coisas que ele sempre condenou, e como sempre condenaram a UDN e o PDC – a divisão do bolo com as fatias já rotuladas, antes de decidir pela renúncia devia ele ter considerado que não lhe cabia o direito de decepcionar a grande maioria dos brasileiros que por ele esperava, que esperava pelo 3 de outubro de 1960, para, por suas próprias mãos, proclamar a nova independência, mais importante talvez que a de 7 de setembro. Pois o povo já estava vivendo da esperança de melhores dias, o povo já encontrava alento na simples expectativa daquele 3 de outubro em que uma simples cruz num quadrado mágico seria o fim de uma oligarquia que o oprime desde 30 anos, seria a sua libertação de métodos de governo que vão aniquilando as últimas reservas de um povo exangue.

O sr. Jânio Quadros errou gravemente. Se é verdade que os partidos lhe fizeram exigências tipo PSD, tipo PTB, cabia ao sr. Quadros fazê-los ver que uma das mais importantes características do seu governo seria justamente a modificação radical dos atuais métodos de governar. Se cada fatia já devia ter destino certo, sem que ao dono da festa coubesse o direito de distribuí-las, o sr. Jânio Quadros estaria na obrigação de dizer claro a quem quer que fosse, que procurassem eles um outro candidato capaz de satisfazer àquele apetite antecipado. Pois além dos partidos, e acima até dos partidos, o sr. Jânio Quadros tinha anteriores e seríssimos compromissos para com o povo, tão sérios como os compromissos do povo para com ele (Melo, 1959, p. 2)

O trecho do seu artigo indica que ele encampava uma interpretação que era compartilhada e difundida principalmente por correligionários da UDN. A saber, que o campo político estava sob domínio de um grupo desde 1930. No esforço de proposição dessa representação, se colocava à margem qualquer tipo de diferença entre aqueles que ocuparam o poder. Recorrendo à alegoria de porta-voz do povo, Chaves de Melo sugeriu a sua crença de que Quadros fosse capaz de romper com essa espécie de ciclo político. Este que, de acordo com o que *Maquis* publicava, se caracterizaria como imoral.

A decisão tomada pela UDN – mantendo o seu apoio, mas eximindo Quadros de compromisso com o partido – fez com que o candidato retomasse a sua candidatura (Skidmore, 1969, p. 235). Diante disso, *Maquis* se engajou na campanha presidencial. O seu colunista Gladstone Chaves de Melo trabalhou como assessor do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ) enquanto fazia sua campanha para deputado constituinte da Guanabara pelo PDC. De acordo com Dreifuss, foi ele quem fez a conexão entre Hasslocher e Quadros naquele contexto (Dreifuss, 1989, p. 103).

Paralelamente, Amaral Netto também lançou a sua candidatura para deputado pela UDN. Esse evento marcou o início de seu gradativo distanciamento da direção da revista. Ato contínuo, Chaves de Melo assumiu a função em seu lugar. Apesar de nunca ter sinalizado essa alteração no expediente, Amaral Netto admitiu o seu “afastamento praticamente total” após ter sido eleito (Amaral Netto, 1960, p. 3). Alguns dos principais

candidatos apoiados pela revista se elegeram – Quadros na presidência; Lacerda no governo da Guanabara; e Amaral Netto e Gladstone Chaves de Melo na Assembleia Constituinte do mesmo estado. Dito de outro modo, o candidato que motivou Gabriel Chaves de Melo a publicar um texto assinado, dois dos seus ex-chefes na imprensa e um parente e colega de redação vivenciavam a experiência de galgar posições no campo da política. Uma observação panorâmica sobre as edições de *Maquis* desse período – 1960-62 – permite notar como Chaves de Melo se preocupou com que a revista fizesse uma cobertura jornalística favorável a esses personagens. Por exemplo, houve o apoio irrestrito ofertado às políticas econômica e externa do governo Quadros, principalmente através de reportagens não assinadas (Reforma..., 1961, pp. 24-26).

Em algum momento nesse recorte, Gabriel Chaves de Melo se tornou chefe de redação da revista *Ação Democrática*. Novamente, a sua rede de relações parece ter sido vital para que isso ocorresse. Por um lado, havia Gladstone Chaves de Melo, que conhecia Hasslocher desde 1959, e que em maio de 1961 foi eleito diretor-tesoureiro do IBAD (Brasil, 1963, p. 296). Por outro, havia o caso de Gustavo Corção. Além de ser próximo de Gladstone Chaves de Melo e de atuar como articulista de *Ação Democrática*, Corção era tio de uma colunista de *Maquis* – Regina Maria de Lima Brandão (Brasil, 1945, p. 116).

Até o momento, não foi feita uma comparação sistemática entre as edições de *Maquis* e *Ação Democrática* durante essa fase. De todo modo, pode-se adiantar três similaridades entre o que elas publicavam, o que indica um caminho a ser trilhado futuramente. Em primeiro lugar, *Maquis* repercutiu a realização de um simpósio sobre o tema da reforma agrária que foi promovido pelo IBAD. A reportagem foi estampada na parte central da revista e ocupou cinco páginas (Legislativo..., 1961, p. 22). Em segundo lugar, ela veiculou reportagem sobre o livro anticomunista *Assalto ao Parlamento*. Essa obra tinha sido traduzida por Vicente Barreto e foi editada pelo IBAD (Barreto, 1961, pp. 28-30). Em terceiro lugar, uma denúncia anticomunista foi publicada tanto em *Ação Democrática* quanto em *Maquis* no mês de novembro de 1961. A primeira apontou Raul Ryff – assessor do presidente Goulart – como membro do Partido Comunista Brasileiro (Motta, 2000, p. 308). A segunda, além de repetir essa pauta, pediu a deflagração de uma investigação policial sobre Ryff (Secretário..., 1961, pp. 14-16).

No momento de sua candidatura para deputado estadual, Gabriel Chaves de Melo contou com o auxílio de Amaral Netto e de Vicente Barreto (Gabriel..., 1962, p. 3). Em julho de 1962, o *Tribuna* publicou uma reportagem sobre a eleição que se avizinhava que enfocou os custos de uma candidatura. Nela, tanto Amaral Netto quanto Chaves de Melo foram citados como candidatos que tinham as suas despesas pagas pelo IBAD:

Com a disposição, também, de amplos recursos financeiros, o grupo de Ação Democrática preparou-se para selecionar rigorosamente seus candidatos às eleições de 7 de outubro e assumir a responsabilidade pelo financiamento completo da propaganda pré-eleitoral de todos aqueles considerados democratas convictos e anticomunistas de primeira linha. [...].

Entre os candidatos da Guanabara que não precisam fazer despesas com campanha eleitoral, pois tudo é pago pela Ação Democrática, destacam-se os seguintes, todos considerados líderes anticomunistas e que contribuirão para uma efetiva renovação do Parlamento brasileiro: Juraci Magalhães, Menezes Cortes, Maurício Joppert, Lopo Coelho, Amaral Netto, Eurípedes Cardoso de Meneses, Danilo Nunes, Raul Brunini, Gabriel Chaves de Melo, Raimundo de Brito, entre outros (Candidatura..., 1962, p. 4)

A intervenção no processo eleitoral brasileiro motivava não só esse tipo de reportagens – que, de certo modo, abertamente admitiam a operação – como também outras em sentido contrário. Em setembro, o *Última Hora*, adversário do *Tribuna* no jornalismo, repercutiu denúncias do deputado Sérgio Magalhães (PTB) e do jornalista Plínio de Abreu Ramos. O primeiro acusou que “poderosos grupos econômicos internos e externos” impediam a instauração da Lei de Remessas de Lucros. Por seu turno, Ramos afirmou que o IBAD financiava uma organização chamada Movimento Sindical Democrático (IBAD). O jornalista teria um recibo de pagamento assinado por Gabriel Chaves de Melo que comprovaria a aquisição de matéria-paga. Esta teria sido veiculada em um periódico com a orientação de que não deveria ser “caracterizada como publicidade”. Ainda de acordo com a reportagem, Chaves de Melo seria o “chefe de media (*sic*)” da *Promotion*, a agência de propaganda de Hasslocher (Sérgio..., 1962, p. 4).

O caso da eleição de 1962 teve como efeito a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O nome de Gabriel Chaves de Melo foi mencionado por alguns dos depoentes. Frederico Cavalcanti de Melo, acionista do jornal *A Noite*, afirmou que ele foi um dos dois intermediários da negociação do arrendamento do seu jornal (Brasil, 1963, p. 233). Frutuoso Osório Filho, dirigente do IBAD, afirmou que Chaves de Melo era o “encarregado” pela revista *Ação Democrática* (Brasil, 1963, p. 925). Por fim, Hasslocher disse que Chaves de Melo era um “funcionário” remunerado da sua agência de publicidade (Brasil, 1963, p. 2145).

Em setembro de 1963, o *Última Hora* publicou outra reportagem sobre o assunto:

UH surpreendeu, na manhã de ontem, vários servidores do IBAD retirando grande quantidade de documentos e panfletos subversivos do 8º andar do edifício “Atenas” na av. Marechal Câmara 271 e colocando-os na camioneta “Rural Willys” chapa 20-18-64, que os levaria, segundo um dos funcionários, para as residências do sr. Gabriel Chaves de Melo e do sr. Ivan Hasslocher. [...]. A reportagem de UH voltou a percorrer todo o oitavo andar do “Atenas”, onde o IBAD continua, inclusive, com letreiro, ao lado da “Promotion”. Há estúdios em

inglês e mais de vinte escritores trabalhando sob as ordens de Hasslocher e Gabriel Chaves de Melo (Fechamento..., 1963, p. 4).

De acordo com Motta, a CPI enfrentou oposição de “muitos” parlamentares e seus resultados foram inconclusivos. Por um lado, o IBAD acabou sendo fechado por decreto presidencial (Motta, 2000, p. 300). Por outro, seus agentes continuaram ativos. Nos anos subsequentes à CPI, Gabriel Chaves de Melo atuou na política e na imprensa em novas parcerias com Amaral Netto. Durante a ditadura militar, ele ocupou o cargo de “chefe de divulgação” da campanha – derrotada – do seu ex-chefe ao governo da Guanabara. (Renúncia..., 1965, p. 2). Ambos também foram acionistas da Plantel Editora e Publicidade S.A. (Plantel..., 1975, p. 12). Fundada em fins da década de 1960, a empresa tinha como produto principal o programa *Amaral Netto, o Repórter*. Este foi transmitido pela TV Tupi em 1968 e pela TV Globo entre 1969 e 1985 (Krause, 2016, p. 21).

Portanto, Gabriel Chaves de Melo foi um militar, jornalista e empresário católico brasileiro. Embora ele não tenha sido eleito em 1962, sua atuação na política não pode ser ignorada. Resguardadas as devidas proporções, ele exerceu cargos de gerência editorial em *Ação Democrática* e em *Maquis*, periódicos que fizeram oposição ao governo Goulart. Diferentemente do seu “perfil” publicado em *A Noite*, a análise empreendida demonstrou uma imagem sobre Chaves de Melo que tanto indicou algumas de suas redes de relações quanto dimensionou – em alguma medida – as suas atividades naquela conjuntura.

Considerações Finais

Diante do exposto, pode-se tecer algumas considerações. Partindo do cenário macro, o recurso à bibliografia especializada no período democrático brasileiro permitiu entrever como o país vivenciou inúmeros e distintos episódios de crises entre as décadas de 1950-60. Goulart assumiu o poder acossado por problemas – como a situação econômica – que desafiavam a manutenção da ordem democrática. Aliado a isso, parte de seus opositores publicavam críticas ao seu governo na imprensa, como nos casos de *Ação Democrática* e *Maquis*. De certo modo, este artigo ilustrou uma das faces envolvidas nesse processo e amplificou o conhecimento sobre outras, as quais tinham sido enfocadas anteriormente pela historiografia.

A imagem que se forma destaca o personagem e a sua atuação – profissional, política e ideológica – naquele contexto. Ou seja, a construção de uma carreira no jornalismo, a tentativa de ingressar no parlamento e a militância anticomunista, esta que se somava à crítica ao campo político que identificava a Revolução de 1930 como um

marco negativo. Dimensões que, como foi demonstrado, não podem ser desassociadas dos aspectos de sua trajetória e da rede de relações de Chaves de Melo (sejam elas prévias ou construídas naquele contexto). A imagem proposta abarca as figuras de Amaral Netto, Gladstone Chaves de Melo e Ivan Hasslocher, com alguma evidência; e, de modo um tanto mais difuso, as de Carlos Lacerda, Gustavo Corção e Vicente Barreto. Como parte dessa rede, Gabriel Chaves de Melo dispôs de alguns meios para participar das lutas políticas da época, notadamente de 1958 em diante. Ele atingiu o topo da hierarquia de *Maquis*, uma revista com uma capacidade de produção de algum modo considerável. Em *Ação Democrática*, ele estava hierarquicamente abaixo da direção. Por outro lado, ele era uma parte em um complexo conjunto de instituições que manejavam amplos recursos materiais e econômicos. As reportagens do *Última Hora* e os depoimentos da CPI permitiram, ao menos, indicar algumas de suas possíveis atividades nessa estrutura. Entrementes, parece justo afirmar que Chaves de Melo teve acesso a recursos múltiplos, os quais foram mobilizados em sua campanha eleitoral – como o de enviar panfletos junto da *Ação Democrática* e o de publicar propaganda própria no jornal arrendado pelo IBAD. Assim, a análise empreendida elencou aspectos que auxiliam na compreensão do personagem e do seu envolvimento nas lutas políticas ocorridas durante o período.

Por fim, mesmo que não fosse o objetivo deste artigo, foi possível indicar um caminho para uma nova investigação. A saber, a de comparar sistematicamente as edições de *Ação Democrática* e *Maquis* entre 1960 e 1962. Afinal, o pertencimento de Gabriel Chaves de Melo a ambas e suas conexões com o IBAD – além das observadas em relação ao seu irmão – sugerem um ponto de partida para algo potencialmente explorável. Em síntese, acredita-se que este artigo obteve êxito em demonstrar alguns dos meios, das redes, e das atividades de Gabriel Chaves de Melo. Um movimento de análise que, em alguma medida, não se descuidou de correlacionar esses aspectos com as questões da conjuntura histórica brasileira do período democrático.

Fontes

A “RESISTÊNCIA Democrática é um oásis, no pensamento político brasileiro, temida e respeitada pelos maiores da política e do governo”. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 3, 19 nov. 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_12/31939 Acesso em: 28 maio 2023.

A PRORROGAÇÃO do estado de sítio na Câmara. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. p. 16, 17 jan. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/57494 Acesso em: 21 jan. 2022.

AMARAL Netto seria uma das primeiras vítimas do golpe. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, p. 8, 21 nov. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/24714 Acesso em: 08 set. 2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Por que um José Bonifácio? *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 3, 03 dez. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/7613> Acesso em: 28 mar. 2022.

ATOS Officiaes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 7, 07 nov. 1917.

BACIU, Stefan. *Lavrado 98*. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa ao tempo de Carlos Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BARRETO, Vicente. Kozak revela o “new-look”. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 28, 07 out. 1961. p. 28-30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9346> Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). V. 2. 1963, p. 233 e 296. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). V. 5. 1963, p. 925. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL, Congresso Nacional. *Câmara dos Deputados*. Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a origem dos haveres e a atuação política do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). Vol. 11. 1963, p. 2145. Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes> Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL, *Registro Civil* [1829-2012]. Rio de Janeiro: 9º Circunscrição. Entrada: 83. 18 abr. 1945. P. 116. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D47Q-NGX?i=125&cc=1582573> Acesso em: 24 jul. 2023.

CANDIDATURA custa no mínimo Cr\$ 10 milhões. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 27 ago. 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/10681 Acesso em: 06 jul. 2023.

COMPANHIA Reis de Armazéns Gerais. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, p. 6, 16 jun. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/22075 Acesso em: 28 maio 2023.

DEFICIÊNCIA financeira tira Maquis das bancas. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, p. 3, 03 maio 1962. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/9436 Acesso em: 08 set. 2023.

DOIS MINEIROS: JK e Alkmim e Dois Gaúchos: Jango e Brizola enxovalham o Rio Grande do Sul. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 20. 17 maio 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/2038> Acesso em: 05 set. 2023.

ENTRE os 502 acionistas da Editora Reforma S.A., em organização, figuram. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 3, 2 de maio de 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/27661 Acesso em: 28 mar. 2022.

FECHAMENTO do IBAD foi ato de apreço ao Congresso. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 4, 04 set. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/90121> Acesso em: 08 set. 2023.

FILHO, Murilo Melo. *Testemunho político*. 2 ed. São Paulo: Elevação, 1999.

GABRIEL Chaves de Melo, o “pracinha da liberdade”. *A Noite*. Rio de Janeiro, p. 3, 17 set. 1962. P. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6685 Acesso em: 28 out. 2023.

LEGISLATIVO estuda e Jânio exige ação imediata e humana. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 22, 31 ago. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9168> Acesso em: 28 mar. 2022.

MACEDO, José Luís. Desfile. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 28 fev. 1956. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/26488 Acesso em: 28 maio 2023.

Maquis, Rio de Janeiro, p. 1, 23. abr. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/769> Acesso em: 05 set. 2023.

MELO, Gabriel Chaves. A esperança de esperar. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 2, 12 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/5612> Acesso em: 28 mar. 2022.

MODIFICAÇÃO no Clube da Lanterna. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 4, 10 nov. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24598 Acesso em: 28 maio 2023.

NO MOMENTO em que [...]. *A Noite*. Rio de Janeiro. Ano: LI. Edição: 17002. 10 ago. 1962. P. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_06/6343 Acesso em: 28 maio 2023.

O QUE vai ser o *Maquis* semanal. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 6, abr. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1928> Acesso em: 28 mar. 2022.

OS EXPEDICIONÁRIOS que desfilarão hoje na cidade. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 6, 18 ago. 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/24097 Acesso em: 28 maio 2023.

PLANTEL Editora e Publicidade S/A. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 12, 02 out. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_05/40269 Acesso em: 06 jul. 2023.

PREZADO leitor. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 abr. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/961 Acesso em: 28 maio 2023.

PRIMEIRO relatório das atividades da Editora Reforma S.A. – 1956. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 41, 20. mar. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/663> Acesso em: 05 set. 2023.

QUEM faz Maquis. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 35, ago. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1125> Acesso em: 28 mar. 2022.

REFORMA cambial salvou a Petrobrás. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 24, 06 maio 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8474> Acesso em: 28 mar. 2022.

RENÚNCIA de Amaral é intriga para confundir. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 set. 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/21957 Acesso em: 06 jul. 2023.

SECRETÁRIO de Jango responde a processo. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 14-16, 11 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9552> Acesso em: 13 out. 2023.

SÉRGIO denuncia a pressão externa para engavetar a lei de remessa de lucros. *Última Hora*, Rio de Janeiro, p. 4, 24 set. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/79166> Acesso em: 06 jul. 2023.

TERRAMAR (Importadora-Exportadora) S.A. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 8, 15 maio 1945. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/089842_05/25965 Acesso em: 28 maio 2023.

TIRAGEM deste número 100.000 exemplares. *Maquis*, Rio de Janeiro, p. 1, maio 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116521/817> Acesso em: 21 ago. 2023.

VOTAR em branco é votar em vermelho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. Ano: LXII. Edição: 21327. 17 jan. 1962, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/33259 Acesso em: 21 ago. 2023.

Referências

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro et al. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 21-39.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 183-191.

CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 1992.

DULLES, John. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 2000.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRARI, Marcela. Prosopografia y história política. Algunas aproximaciones. *Antíteses*, v. 3, n. 5, p. 529-550, jan./jun. 2010.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1955, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003. p. 301-342.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003. P. 343-405.

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MENDES, Ricardo Antônio de Souza. *Visões das direitas no Brasil (1961-1965)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2020.

MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 368 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 2000.

KRAUSE, Kátia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985*. 2016. 411 f. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade. Como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 24, 2001, Campo Grande. Anais. Campo Grande: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Universidade Católica Dom Bosco e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

SILVA, Vicente Gil. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 31, 2021, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Veiga de Almeida, 2021.